

## É PRECISO REDUZIR JUROS E REVER REGRAS DA PREVIDÊNCIA

▼ O ministro da Previdência, Carlos Lupi, vai propor mudanças nas regras da aposentadoria por invalidez, pensão por morte e quer redução dos juros do crédito consignado

Foto Divulgação



**DIANTE** da desastrosa reforma da Previdência, feita em 2019 pelo governo Bolsonaro, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, vai propor mudanças nas regras da aposentadoria por invalidez, pensão por morte, que deixou de ter um valor integral, além da diminuição de juros do crédito consignado.

As mudanças na aposentadoria por invalidez precisam ser de imediato. Para se ter uma ideia, segundo números do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), há cerca de 562.440 pedidos aguardando para a realização de exame médico pericial. A pensão por morte, pela regra atual, o beneficiário só recebe 60% do que o cônjuge recebia, aumentando o custo da família em até 30%, diminuindo drasticamente o poder de compra.

Já os juros do crédito consignado estão entre 1,80% a 2,14% ao mês, mas desde setembro de 2022, os bancos foram autorizados a oferecer um cartão consignado do INSS, onde é cobrado uma taxa de 3,06%, comprometendo quase 100% do salário do beneficiário.

Segundo o ministro, essa discussão será levada ao Conselho, para depois passar pela pasta da Fazenda, Planejamento e Casa Civil. Se for consenso, o governo vai enviar um projeto de lei ao Congresso.

# COM BOLSONARO, MILHÕES DE VACINAS FORAM PARA O LIXO

Ainda hoje são descobertas negligências cometidas por Bolsonaro durante a pandemia. Somente no ano passado, 1,9 milhão de vacinas contra a Covid-19 deixaram de ser enviadas aos estados e foram parar no lixo, por ter passado do prazo de validade.

Não é à toa o Brasil é um dos países com maior número de mortes por Covid-19. Entre 2020, início da crise sanitária e 2022, quase 700 mil pessoas perderam a vida pela doença.

Os imunizantes incinerados haviam sido doados pelos Estados Unidos, por meio de cooperação internacional.



Foto Divulgação

As vacinas chegaram ao Brasil no dia 21 de novembro de 2021, há 40 dias do prazo de validade. Se fossem usados a tempo, com certeza muitas pessoas sobreviveriam à pandemia.

Agora o TCU (Tribunal de Contas da União) quer que os responsáveis

pelos desperdícios sejam obrigados a devolver o que foi gasto aos cofres públicos. A estimativa é de que tenha sido gerada uma despesa de quase R\$ 1 milhão, com transporte, desembaraço aduaneiro, armazenagem e incineração, sem trazer benefícios à população.



Foto Divulgação

## Bancos ficam devendo em sustentabilidade

Os bancos fecham os olhos para o meio ambiente. Sempre em busca de lucro, facilitam a concessão de crédito para atividades como a mineração, um dos segmentos que mais desmatam e poluem rios e mares.

De acordo com a associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS), um número expressivo de operações com setores de alto risco socioambiental não passam por avaliação mínima. Isso acontece especialmente em concessões de valores mais baixos e para empresas de pequeno porte.

Com o descaso, os bancos acabam financiando atividades envolvidas em infrações, como desmatamento ilegal e violação de direitos de comunidades tradicionais. A negligência é tanta que não há um levantamento sobre empresas infratoras. A falta de regulação deixa as instituições livres que e, sem regras a seguir, se baseiam mais no valor da transação da operação de crédito ou no faturamento da empresa do que em medidas sustentáveis.

### Recomendações

Diante dos "pontos cegos", a SIS caminhou ao Banco Central um levantamento com dados detalhados sobre operações de crédito e medidas que podem ser tomadas para evitar que os bancos financiem atividades ilegais.

## Abono salarial pode ser sacado a partir de abril

A partir de abril, 2,7 milhões de pessoas vão poder sacar o abono salarial de 2021. O Dataprev, responsável pelo cadastro dos contribuintes, concluiu um novo processamento de dados, possibilitando a ampliação de pessoas que terão o benefício liberado.

A consulta pode ser feita a partir de 5 de abril. A liberação em relação aos valores será feita de acordo com mês de nascimento do trabalhador. Quem nasceu de janeiro a junho, ou com

o dígito final do Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor) de 0 a 3, terá o benefício disponível em 17 de abril.

O valor do abono vai de R\$ 108,50 a R\$ 1.302,00, dependendo do tempo de meses trabalhados. Os trabalhadores que possuem inscrição no PIS/Pasep há, pelo menos, cinco anos e que trabalharam por, pelo menos, 30 dias em 2021, com renda de até dois salários mínimos tem direito ao abono.

Já servidores públicos, militares e empregados estatais, têm até dia 28 de dezembro para sacar o dinheiro disponível, tendo o Banco do Brasil como responsável pela liberação dos recursos.

Com a extensão do abono salarial do PIS (Programa de Integração Social) e do Pasep, feitas pelo governo Lula, em 2023, o número de pessoas beneficiadas pula de 22 milhões para 24,7 milhões de trabalhadores.

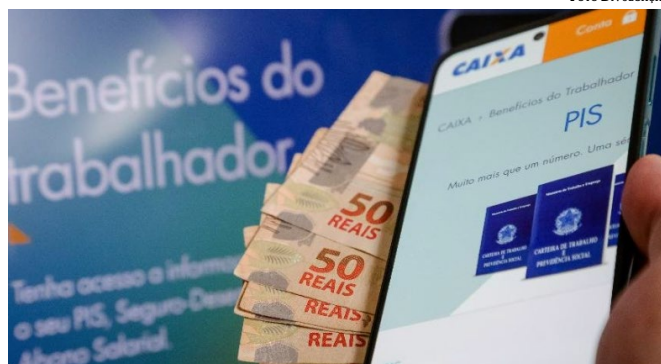


Foto Divulgação